

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Os correios são um serviço público absolutamente indispensável ao funcionamento de qualquer comunidade.

Tal como acontece com outros serviços públicos, da saúde aos transportes, o serviço postal universal, concessionado aos CTT, é considerado como um serviço de interesse geral e está sujeito a obrigações legais, nacionais e comunitárias, decorrentes da Directiva Postal da União Europeia e da Lei Postal.

É um instrumento insubstituível das políticas de coesão territorial em territórios de baixa densidade.

Numa óptica social, dá resposta às necessidades e carências dos segmentos mais frágeis da população rural, mas também as mais vulneráveis nas áreas urbanas e metropolitanas.

Do ponto de vista económico os CTT são uma empresa que garante segurança e confiança aos seus clientes, sejam eles particulares ou empresas, ao disponibilizar serviços financeiros e bancários, correspondência, encomendas e expressos, pagamentos; sempre em proximidade, da pequena aldeia à grande urbe.

Desde a privatização concretizada pelo Governo PSD/CDS em 2013, ganhou o neoliberalismo e o fanatismo ideológico, que esta marca portuguesa, conhecida e respeitada pelos nossos concidadãos, tem sido sujeita a um processo de destruição e descaracterização da sua missão imprescindível para o País e enquanto pilar de valorização do interior.

No distrito da Guarda, autarcas e populações estão preocupados com os rumores que circulam. Depois da fase do encerramento de estações dos CTT e as alternativas encontradas, sem dignidade, sem a qualidade de serviço, sem segurança e com muitas dúvidas quanto ao sigilo perante terceiros, tudo leva a crer que se mantém o plano de fecho de Centros de Distribuição. A destruição dos CTT nos territórios de baixa densidade parece continuar impunemente.

Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis os Deputados abaixo assinados, vêm questionar o Senhor Ministro das Infraestruturas e da Habitação sobre:

- Mantém a empresa CTT o plano de fecho de Centros de Distribuição em todo o Distrito da Guarda, concentrando todo esse serviço na Guarda e em Seia?
- Que consequências é possível, desde já diagnosticar, dessa decisão? Como conciliar este acto de gestão com a orientação geral do país de atenuar as assimetrias regionais e o

despovoamento do interior?

- Subcontratar a distribuição é a opção da empresa para dificultar a renegociação do contrato de concessão?

Palácio de São Bento, 5 de dezembro de 2019

Deputado(a)s

SANTINHO PACHECO(PS)

CRISTINA SOUSA(PS)